

**SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.531 - BA (2019/0166648-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : **MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO CARDOSO DA SILVA FILHO - BA009630**  
                  **SERGIO CARDOSO DA SILVA SOBRINHO - BA038893**  
                  **REFFERSON DEYVER BORGES SENA - BA041474**  
**REQUERIDO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

O MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM (BA) requer a suspensão dos efeitos da liminar do Juiz Teomar Almeida de Oliveira no Processo n. 0300584-33.2017.8.05.0244, em trâmite na 1ª Vara Criminal local.

Na origem, o Ministério Público do Estado da Bahia ajuizou ação cautelar de busca e apreensão com pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei municipal n. 1.400/2017.

Em 22/6/2017, o Juízo de primeiro grau deferiu o pedido liminar para, entre outras medidas, proibir a prática do movimento denominado "Guerra das Espadas", sob pena de multa em caso de descumprimento, nos seguintes termos (fls. 111-112):

ANTE O EXPOSTO, por afronta aos dispositivos constitucionais e legais supracitados, em especial por configurar o crime tipificado no art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 10.826/2003, a potencialidade concreta dos crimes capitulados nos artigos 129, 163, II, 250, § 1º, II, "a", e 251, § 2º, todos do Código Penal Brasileiro, e, ainda, por restringir o direito de ir e vir das pessoas e visando assegurar o direito à propriedade, à segurança, à incolumidade física e à vida das pessoas (art. 5º, XV, XVI e XXII, e art. 144, da CF/88), como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR para PROIBIR a prática do movimento de "GUERRA DE ESPADAS" em todos os logradouros públicos do município de Senhor do Bonfim, antes, durante e após os festejos juninos de 2017, até ulterior deliberação, DETERMINANDO A BUSCA E APREENSÃO dos artefatos incendiários utilizados na guerra de espadas portados ou em vias de emprego, queima e comercialização nas ruas e logradouros públicos do município de Senhor do Bonfim, seja ou não em dias comemorativos da tradição junina, ainda que em ruas e dias sinalizados como sendo permitidos por nota de interesse geral divulgada pelo Poder Executivo.

[...]

O desrespeito à presente decisão implicará em crime de desobediência e multa no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) a cada pessoa que for flagrada portando, armazenando ou comercializando os artefatos incendiários

(Espadas), seja para utilização ou não no movimento denominado "Guerra de Espadas", sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sem prejuízo da sanção penal capitulada no art. 16, parágrafo único, inciso III, da Lei 10.826/2003.

Contra essa decisão, o requerente formulou pedido suspensivo na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

Em 23/7/2018, o Presidente do TJBA, Desembargador Gesivaldo Britto, indeferiu o pedido de suspensão da liminar concedida na referida ação. Em sua decisão, consignou (fls. 117-118):

No caso, respeitados os limites cognitivos do pleito suspensivo, conclui-se que a decisão guerreada não tem potencial de causar grave lesão à ordem e economia públicas.

Com efeito, o Requerente não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar, inequivocamente, os danos decorrentes da ordem emanada pelo juízo de piso, sobretudo porque já ultrapassados os festejos juninos na cidade, período em que, segundo o Requerente, se revelaria o impacto e prejuízo da ordem emanada pelo julgador *a quo* de proibição do movimento conhecido como "Guerra de Espadas".

Daí o requerente formula o presente pedido de contracautela, em que sustenta que a manutenção da decisão impugnada enseja grave lesão à ordem e à economia públicas da municipalidade.

Aduz que "a vedação à queima de fogos de artifícios, determinada pela decisão proferida pelo juízo de origem, não surtiu os efeitos nela colimados, pois [...] os adeptos da tradição cultural enfrentaram, no dia 23.06.2018, o aparato policial que foi disponibilizado ao fito de coibir a 'Guerra de Espadas'" (fl. 18).

Pleiteia, ao fim, a suspensão da decisão liminar concedida pelo Juízo de primeiro grau no Processo n. 0300584-33.2017.8.05.0244.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 25 da Lei n. 8.038/1990, a competência do Superior Tribunal de Justiça para examinar pedido suspensivo está vinculada à fundamentação infraconstitucional da causa de pedir da ação principal. Confira-se:

Art. 25 - Salvo quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a requerimento do Procurador-Geral da República ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à

segurança e à economia pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a SS n. 2.918/SP (relatora Ministra Ellen Gracie, Plenário, DJ de 25/5/2006), assim se manifestou sobre a matéria:

Vale ressaltar, ainda, ser irrelevante, para fixação da competência desta Suprema Corte, o fato de, no pedido de suspensão, ter sido suscitada ofensa a normas constitucionais. É que, "para a determinação da competência do Tribunal, o que se tem de levar em conta, até segunda ordem, é – segundo se extrai, *mutatis mutandis*, do art. 25 da Lei n. 8.038/90 – o fundamento da impetração: se este é de hierarquia infraconstitucional, presume-se que, da procedência do pedido, não surgirá questão constitucional de modo a propiciar recurso extraordinário" (Rcl n. 543, relator Ministro Sepúlveda Pertence, Pleno, DJ de 29/09/1995).

Na espécie, verifica-se que o requerente pretende suspender decisão liminar de Juízo de primeiro grau que: a) determinou a proibição da prática do movimento denominado "Guerra de Espadas"; b) declarou, de forma incidental, a inconstitucionalidade de lei municipal; e c) determinou a busca e apreensão de artefatos incendiários no referido município.

Ao examinar a pretensão do requerente nestes autos, percebe-se o nítido caráter constitucional da controvérsia.

Consta da decisão impugnada o seguinte (fls. 89 e 94):

Pois bem, a Lei 1400/2017, sancionada pelo chefe do Poder Executivo do Município de Senhor do Bonfim, trata-se de ato normativo, de caráter geral e abstrato, com vigência a partir de sua publicação (12.06.2017), portanto, perfeitamente possível a apreciação incidental de sua constitucionalidade pelo Poder Judiciário frente à Constituição Federal de 1988.

[...]

Portanto, declaro a inconstitucionalidade incidental da Lei nº 1400/2017, por vício formal subjetivo, quanto à competência, em face das normas constitucionais capituladas nos arts. 21, VI, e 22, I, XXI, da CF/88.

O cerne constitucional da causa também sobressai da leitura da decisão que indeferiu o pleito suspensivo formulado na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (fl. 118):

Ademais, sem adentrar no mérito da ação principal, verifica-se que a decisão hostilizada está fundamentada na proteção de valores consagrados na

Constituição Federal, especialmente, no direito de ir e vir das pessoas e no direito à propriedade, à segurança, à incolumidade física e à vida das pessoas (art. 5º, XV, XVI e XXII, e art. 144, da CF/88), os quais, pelo menos em tese, estariam ameaçados pela Guerra de Espadas.

Após análise da pedido suspensivo e da decisão liminar impugnada, verifica-se que **é inegável o status constitucional da demanda.**

Quanto à competência para o processamento do pedido de suspensão, a Corte Especial do STJ entende que, "havendo concorrência de matéria constitucional e infraconstitucional, [...] ocorre a *vis attractiva* da competência da Presidência do Supremo Tribunal Federal" (AgRg na SS n. 1.730/MA, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 6/8/2007).

Sobre a controvérsia discutida nos autos, confirmam-se decisões da Ministra Cármen Lúcia, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, em que reconheceu a existência de matéria constitucional (grifei):

MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR. BLOQUEIO DE VERBAS EM CONTAS DO MUNICÍPIO. INCIDÊNCIA SOBRE CONTAS BANCÁRIAS NAS QUAIS DEPOSITADOS RECURSOS COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA: IMPOSSIBILIDADE. **EXISTÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.** AMEAÇA DE GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA. MEDIDA DEFERIDA. (SL n. 1.119/PE-MC, DJe de 1º/2/2018, grifei.)

MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR. BLOQUEIO DE VERBAS EM CONTAS DO MUNICÍPIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DA UNIÃO A COMPLEMENTAR TRANSFERÊNCIAS PARCIAIS DO FUNDEF AO MUNICÍPIO. DESTINAÇÃO DE 60% DOS VALORES PARA PAGAMENTO DE PROFESSORES. ALEGADA DESVINCULAÇÃO DOS RECURSOS: NATUREZA INDENIZATÓRIA. **EXISTÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.** AMEAÇA DE GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA. MEDIDA DEFERIDA. (SL n. 1.113/CE-MC, DJe de 1º/2/2018, grifei.)

Ante o exposto, evidenciado o *status* constitucional da questão jurídica em debate nos autos, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

